



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO *CAMPUS XIII*
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

DÉBORA OLIVEIRA BARBOSA SANTOS

CARTAS DA LIBERDADE: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Itaberaba
2024

DÉBORA OLIVEIRA BARBOSA SANTOS

CARTAS DA LIBERDADE: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras, Habilitada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus XIII*; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Jeovania Silva do Carmo.

Itaberaba
2024

DÉBORA OLIVEIRA BARBOSA SANTOS

CARTAS DA LIBERDADE: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras, Habilitada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus XIII*; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Jeovania Silva do Carmo.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jeovania Silva do Carmo
Universidade do Estado da Bahia
Orientadora

Profa. Dra. Bárbara Bezerra de Santana Pereira
Universidade do Estado da Bahia
Examinadora

Profa. Dra. Joana Angélica Santos Lima
Universidade do Estado da Bahia
Examinadora

**Aos três pilares que me sustentam:
minha fé, minha família, meus amigos.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu forças e me sustentou até aqui. Sem Sua graça e misericórdia, nada disso seria possível.

À minha família, minha base, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e nos mais felizes. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu filho, que amo de coração, por ser minha fonte de inspiração e alegria. Sua presença em minha vida é um presente inestimável.

À Ismim, minha nora, por todo o apoio e carinho até aqui. Sua ajuda foi fundamental para que eu pudesse chegar até este momento.

À UNEB Campus XIII, lugar onde cresci muito, tanto pessoal quanto profissionalmente. A todos os meus amigos e colegas que marcaram minha trajetória, meu sincero agradecimento.

À professora Jeovânia, minha grande orientadora, que aprendi a amar muito. Sua orientação, paciência e dedicação foram essenciais para a realização deste trabalho.

A todos os professores e profissionais da UNEB que sempre acreditaram em mim, meu muito obrigado. Vocês foram fundamentais para o meu crescimento e sucesso.

Não há sociedade ou homem sem consciência histórica. A humanidade não pode compreender-se, nem delinear o seu futuro, sem apreciar o seu passado.
(Joachim Hermann)

RESUMO

Este estudo aborda a edição semidiplomática de um manuscrito do século XIX, com foco na preservação da autenticidade e integridade histórica do texto original, bem como nas mudanças grafemáticas apresentadas pelo texto. A pesquisa foi realizada no Arquivo Público Municipal de Itaberaba, em colaboração com o GELPS (Grupo de Estudos Linguagens e Periferias). O objetivo deste trabalho é realizar a edição semidiplomática de dois fólios (recto e verso) de um livro manuscrito de notas do século XIX, descrevendo os aspectos extrínsecos e intrínsecos do documento e transcrevendo os fólios escolhidos. O livro contém registros diversos, incluindo cartas de liberdade de escravos. A análise de um manuscrito histórico, como uma carta de alforria, é essencial para compreender as formas e estruturas dos documentos da época. A pesquisa foi conduzida com base na análise filológica, priorizando o conteúdo original do documento e as variações textuais surgidas ao longo das transcrições. Foram identificadas variantes linguísticas e ortográficas, bem como influências históricas e culturais do período. Como referencial teórico, utilizou-se: Bellotto (2002), que categoriza diferentes tipos de documentos diplomáticos; Berwanger (2008), que destaca o crescimento da Paleografia e Diplomática e sua importância para diversas áreas do conhecimento; Buchardt (2004), que enfatiza a reprodução fiel dos aspectos físicos do manuscrito; Cambraia (2005), que aborda os principais tipos de edição na crítica textual; Ferreira (2017), que discute a edição crítica e a correção de erros no texto original; Castro (1995) e Spina (1994), que exploram a filologia e suas raízes na Grécia Antiga; Santiago-Almeida (201a), que comenta sobre os sentidos amplo e estrito da filologia; Teyssier (2007), que trata sobre a história da Língua Portuguesa. A análise e transcrição do manuscrito revelaram variantes linguísticas e ortográficas, além de influências históricas e culturais. A edição crítica proposta visa apresentar uma compreensão mais aprofundada do texto, mantendo sua autenticidade e integridade histórica.

Palavras-chave: Filologia; Edição Crítica; Edição Semidiplomática; Manuscrito; Carta de Liberdade.

SUMÁRIO

1	PARA INÍCIO DE CONVERSA: FILOLOGIA NA UNEB <i>CAMPUS XIII</i>	8
2	ITABERABA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	11
3	EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	12
2.1	TIPOS DE EDIÇÃO	14
4	FILOLOGIA	15
4.1	CRÍTICA TEXTUAL	16
5	CAMINHOS DA PESQUISA	19
5.1	CRITÉRIOS PARA EDIÇÃO	19
6	O CORPUS: DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	21
7	EDIÇÃO FAC-SIMILAR f3v	24
8	TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO	26
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do livro de notas nº 5 - 1867-1877	23
Figura 2: Carta de liberdade.....	24
Figura 3: análise grafemática.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: mudanças ocorridas	30
------------------------------------	----

1 PARA INÍCIO DE CONVERSA: FILOLOGIA NA UNEB *CAMPUS XIII*

Este trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa minuciosa realizada no Arquivo Público Municipal de Itaberaba, em colaboração com os dedicados pesquisadores do GELPS (Grupo de Estudos Linguagens e Periferias). O objetivo principal foi identificar e coletar documentos manuscritos, proporcionando uma rica fonte de dados históricos.

Os objetivos deste estudo científico são, primeiramente, realizar a edição semidiplomática de dois fólios (recto e verso) de um livro manuscrito de notas do século XIX. Este processo envolve a descrição dos aspectos extrínsecos e intrínsecos do documento, bem como a transcrição fiel dos fólios selecionados. O livro escolhido é um registro valioso de diversos documentos, incluindo cartas de alforria concedidas pelos senhores da época, oferecendo um vislumbre das práticas sociais e jurídicas do período.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de preservar o conteúdo documental, garantindo que as futuras gerações possam acessar e compreender esses registros históricos. Além disso, o estudo das mudanças na língua escrita no Brasil ao longo do tempo é fundamental para entender a evolução linguística e cultural do país.

A opção pela edição semidiplomática foi tomada por dois motivos principais: primeiro, para facilitar a leitura e tornar o texto mais acessível a um público menos especializado; segundo, porque uma edição desse tipo pode ser extremamente útil para o estudo da língua, uma vez que as alterações feitas pelo editor são mínimas, preservando assim a autenticidade do manuscrito original.

A tarefa da edição semidiplomática de um manuscrito do século XIX é um desafio que requer habilidades meticulosas e um profundo entendimento das convenções e nuances da escrita da época. Este tipo de edição visa preservar o conteúdo e a integridade do manuscrito original, enquanto realiza ajustes sutis para melhorar a legibilidade. Na era moderna, onde a compreensão e interpretação histórica são fundamentais, o trabalho de editar um manuscrito do século XIX desempenha um papel crucial ao trazer à luz um tesouro histórico de uma época passada, garantindo sua acessibilidade para futuras gerações e para os interessados em pesquisar a história de pessoas escravizadas no século XIX.

Portanto, a edição semidiplomática deve ser realizada com extremo cuidado para evitar alterações significativas no conteúdo do manuscrito e sem se desviar do estilo e da intenção do autor original. Este trabalho não apenas preserva a história, mas também enriquece nosso entendimento sobre a evolução da língua e da sociedade brasileira.

Manter a integridade do texto é essencial para garantir que os leitores tenham uma experiência autêntica e fiel ao conteúdo presente no manuscrito original. Visto isso, a edição semidiplomática é a melhor forma de estabelecer o texto, respeitando as condições e circunstâncias de sua produção, além de fornecer elementos que evitem uma leitura equivocada dos dados registrados.

É importante também salientar que a carta de liberdade ou alforria é considerada um gênero textual significativo como documento histórico. Este tipo de documento fornece dados importantes sobre o contexto social e político de determinada época. Assim, ao realizar esta pesquisa, espera-se obter informações precisas sobre o conteúdo.

Diante disso, esta pesquisa que tem como foco a edição semidiplomática de um manuscrito do século XIX, se estrutura em torno de questões cruciais para a preservação e análise do documento histórico. Primeiramente, busca-se responder à pergunta: como garantir que a edição semidiplomática do manuscrito preserve a autenticidade e a integridade histórica do texto original? Quais mudanças grafemáticas o texto apresenta? Esta questão é fundamental, pois envolve a fidelidade ao conteúdo original, respeitando as características linguísticas e gráficas da época. Em segundo lugar, o estudo investiga as mudanças grafemáticas que o texto apresenta, analisando as variações e evoluções na grafia ao longo do tempo. Essas indagações são essenciais para compreender o contexto histórico e cultural do manuscrito, bem como para assegurar que a edição semidiplomática ofereça uma representação precisa e fiel do documento original.

O trabalho está organizado em nove seções. Na primeira seção, apresenta-se o tema do trabalho, explicando a importância da filologia e contextualizando-a dentro do Campus XIII da UNEB. Na segunda seção, fornece-se um contexto histórico sobre Itaberaba, o que é essencial para situar o leitor no ambiente e na época em que o documento foi produzido. Na terceira, quarta e quinta seção, aponto referenciais teóricos e caminho metodológico, baseado na edição semidiplomática, explicando a transcrição do documento, além de manter o máximo de fidelidade ao original.

Também aponto sobre filologia, detalho os métodos e as etapas da pesquisa. Na sexta seção, descreve o documento que está sendo analisado. Já na sétima, apresento a edição fac-similar, folha 3 verso do documento, permitindo ao leitor visualizar o original. Na oitava, exponho a transcrição completa do documento, facilitando a leitura e análise do texto. Por fim, na nona, resumo os principais achados da pesquisa, refletindo sobre o processo e sugerindo possíveis caminhos para estudos futuros.

Como referencial teórico, utilizou-se: Bellotto (2002), que categoriza diferentes tipos de documentos diplomáticos; Berwanger (2008), que destaca o crescimento da Paleografia e Diplomática e sua importância para diversas áreas do conhecimento; Buchardt (2004), que enfatiza a reprodução fiel dos aspectos físicos do manuscrito; Cambraia (2005), que aborda os principais tipos de edição na crítica textual; Ferreira (2017), que discute a edição crítica e a correção de erros no texto original; Castro (1995) e Spina (1994), que exploram a filologia e suas raízes na Grécia Antiga; Santiago-Almeida (2011), que comenta sobre os sentidos amplo e estrito da filologia, Teyssier (2007), que trata sobre a história da Língua Portuguesa.

2 ITABERABA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Carmo e Tosta (2017), a região que hoje é o município de Itaberaba já foi habitada pelos índios Maracás, do grupo dos tapuias, os quais eram índios robustos e guerreiros. A região integrou a capitania da Bahia de Todos os Santos (1535-1548) e foi cedida através de sesmarias às pessoas abastadas. Aproximadamente cem anos depois, essas terras foram vendidas por seus sucessores a aventureiros vindos de vários pontos. Um desses aventureiros foi o Capitão Manoel Rodrigues Cajado, que transformou essas terras na fazenda São Simão por volta de 1768 (Cerqueira, 2003).

Mais tarde, em 1806, a fazenda foi comprada por Antônio de Figueiredo Mascarenhas, que construiu uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário na parte central. Ao redor dessa capela, formou-se um núcleo de moradores que, em 1817, ficou conhecido como Rosário do Orobó, pertencente à vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira.

Em 26 de março de 1877, a região foi elevada à categoria de Villa do Orobó, com a primeira câmara instalada em 3 de junho de 1877, tornando-se politicamente independente e assumindo funções executivas e legislativas. Vinte anos depois, em 25 de junho de 1897, foi elevada à categoria de cidade pela lei estadual nº 176, recebendo o nome de Itaberaba. Em tupi-guarani, Itaberaba significa "pedra que brilha" ou "pedra reluzente", nome dado devido à existência de uma pedra situada a 25 km da cidade, que se ergue majestosamente no meio do vale, destacando-se a tal ponto de ser a origem do nome da cidade.

Outro dado importante, resultante da Proclamação da República, ocorreu entre 1888 e 1890, quando houve a dissolução da Câmara Municipal e a criação da Intendência e do Conselho Municipal, por ato de 26 de março, vigente até por volta da década de 1930. Nesse período, o município era governado por um intendente, figura indicada pelo Governador do Estado para exercer as funções executivas que hoje são prerrogativas do prefeito.

Em suma, o município de Itaberaba localiza-se no centro-leste do Estado da Bahia, nas margens da BR 242 (Salvador/Brasília). É considerado o Portal da Chapada Diamantina, embora, geograficamente, esteja situado e identificado no território do Piemonte do Paraguaçu.

3 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

A palavra "Diplomática" deriva do latim "Diploma", que significa um escrito dobrado em dois ("diplous", duplo). Diplomática é, de forma etimológica, a ciência dos diplomas. Alusivo a isto, este

[...] termo é empregado primeiramente por Mabillon para designar a ciência que estuda os diplomas, isto é, no sentido moderno, o conjunto de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros documentos oficiais que nos legaram os antepassados e, mais particularmente, a Idade Média (Berwanger, 2008, p. 5).

Além disso, convém destacar que se entende por diplomática a ciência que julga a autenticidade ou até mesmo a falsidade dos documentos antigos por meio do estudo de seus respectivos caracteres. Logo, acredita-se que ela seja vista como a disciplina que estuda a gênese, a forma e a "transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados nele e com seu autor com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza" (Esposel, 1978, p.12).

Bellotto (2002) acredita que os documentos diplomáticos sejam de natureza jurídica, refletindo diretamente as ações e relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, configurando-se, assim, como documentos públicos. Para Bellotto (2002, p.5), existem diferentes categorias de documentos diplomáticos:

- a) dispositivos — podendo ser normativos, de ajuste ou de correspondência:
 - normativos: lei, ordem de serviço, regulamento etc.;
 - de ajuste: tratado, convênio, contrato, pacto etc.;
 - de correspondência: intimação, circular, edital, portaria, memorando, alva
- b) testemunhais - que são os:
 - *de assentamento: atas, termos, autos de infração etc;
 - comprobatórios: atestados, certidões, traslados, cópias autenticadas;
- c) informativos: pareceres, informações, relatórios etc

Como se pode observar, a edição semidiplomática de um manuscrito é uma prática de transcrição e publicação de um documento histórico que busca ser fiel ao texto original, respeitando sobretudo sua estrutura e características físicas. No Brasil, esse tipo de edição começou a ganhar destaque no início do século XX, com a criação

de instituições e pesquisadores interessados em preservar e divulgar o patrimônio documental do país. Um marco importante nesse sentido foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que foi responsável por reunir e publicar um vasto acervo de documentos históricos brasileiros, incluindo manuscritos. No entanto, nessa época ainda não se utilizava a técnica da edição semidiplomática, que só foi se desenvolver de forma mais aprofundada posteriormente (Berwanger, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, com o aumento da demanda por pesquisas e estudos históricos no Brasil, surgiram diversas iniciativas voltadas para a edição semidiplomática de manuscritos. Instituições de pesquisa e universidades passaram a dedicar-se à publicação de fontes documentais, especialmente no campo da história política, social e cultural. Outrossim, convém destacar que:

O crescimento extraordinário que a Paleografia e a Diplomática — ainda que paradoxalmente - vêm assumindo nos últimos tempos, não só para as áreas tradicionalmente de sua interferência, tais como os estudos da História, da Arquivologia, da Filologia e do Direito, mas na sociedade em geral, justifica plenamente o aparecimento desta e de quantas mais obras surgirem sobre o tema (Berwanger, 2008, p.7).

A edição semidiplomática é uma técnica utilizada principalmente em estudos paleográficos e filológicos, que buscam compreender a escrita, a língua e a cultura de determinada época (BELLOTTO, 2002). Nesse tipo de edição, o editor procura manter a maioria das características do original, como ortografia, pontuação, abreviações, rasuras e outros elementos gráficos e materiais. Além disso, procura-se reproduzir também aspectos físicos do manuscrito, como o tipo de papel utilizado, o formato do livro, a cor das tintas, entre outros (Buchardt, 2004). Ademais,

Uma edição subdiplomática não se preocupa em adaptar o texto às normas ortográficas e gramaticais vigentes no momento da edição, mas sim em apresentar ao leitor uma reprodução exata do que estava registrado no manuscrito original. Isso permite que pesquisadores possam realizar análises mais precisas e detalhadas, levando em consideração todos os aspectos linguísticos, históricos e culturais do texto original (Berwanger, 2008, p. 16).

A edição subdiplomática de um manuscrito requer um cuidado minucioso por parte do editor, que deve ser especialista não apenas na área de estudo do texto em questão, mas também nas técnicas de paleografia e filologia. É necessário um

conhecimento profundo da escrita e da língua utilizada no documento, além de um domínio das convenções e normas de edição paleográfica (Berwanger, 2008).

Ao longo dessa seção, pode-se notar uma abordagem fundamental para o estudo e a compreensão de documentos antigos, fornecendo dados valiosos para a pesquisa acadêmica. Convém, porém, registrar que neste trabalho de edição fizemos algumas alterações, como será explicitado nos critérios de edição, que de forma alguma alterará o conteúdo do documento.

3.1 TIPOS DE EDIÇÃO

Cambráia (2005), em sua obra *Introdução à Crítica Textual*, realiza um estudo e uma análise de diferentes edições de texto. Nesse contexto, o autor aborda os principais tipos de edição normalmente utilizados na crítica textual. É importante salientar que o tipo de edição abordado no livro é a edição diplomática, que consiste em reproduzir o texto original exatamente como está, sem correções ou modificações.

Para Cambráia (2005), essa edição tem como objetivo principal preservar a fidelidade ao manuscrito original, apresentando-o de maneira completa e autêntica. A edição diplomática é um tipo de edição filológica que se dedica à reprodução exata e detalhada de um documento original, sem realizar quaisquer alterações, correções ou interpretações. O objetivo principal é fornecer aos leitores uma cópia fiel do original, preservando todos os detalhes, erros, correções e peculiaridades do documento.

Por outro lado, a edição crítica busca analisar, interpretar e até mesmo corrigir os erros ou as possíveis variações presentes no texto original. Nesse tipo de edição, são feitas emendas e correções a partir de outras fontes, como manuscritos diferentes ou edições anteriores, com o intuito de reconstruir o texto original o mais fielmente possível (Ferreira, 2017).

Além disso, existe a edição semidiplomática, que se situa entre a edição diplomática e a edição crítica. Nesse caso, são apresentados tanto o texto diplomático quanto o texto emendado ou corrigido, permitindo ao leitor fazer comparações e avaliar as escolhas do editor. Em relação à edição fac-similar, esta consiste em reproduzir uma obra exatamente como foi publicada, mantendo todas as características do original, como *layout*, tipografia e ilustrações (Ferreira, 2017).

4 FILOLOGIA

Todas as vezes que encontramos a palavra "filologia" em uma publicação, conforme preceitua Castro (1995), somos imediatamente remetidos ao contexto em que está sendo empregada. Segundo este autor,

A polissemia desse termo, que o acompanha desde o nascimento da filologia, na Grécia antiga, deixa transparecer que o labor filológico, lato ou stricto sensu, não cabe num significado único, numa disciplina única, ou numa atividade única (Castro, 1995, p.4).

No termo "filologia", pode-se encontrar a fonte de toda a atenção e esforço do filólogo e da própria filologia. "A filologia concentra-se no texto e parte dele para configurar o seu campo de atuação" (Spina, 1994, p. 6).

A filologia é um campo que se dedica ao estudo aprofundado das línguas, literaturas e culturas de determinada região ou período histórico. Ela busca entender a origem, a evolução e o significado das palavras, assim como a interpretação e análise de textos. O termo "filologia" deriva do grego antigo "philos" (amor) e "logos" (palavra), e essa área de estudo possui raízes antigas, remontando à Grécia Antiga, onde os primeiros filólogos estudavam os textos clássicos em busca de seu sentido original (Spina, 1994).

No decorrer dos séculos, a filologia tem se desenvolvido e abrangido diferentes áreas e abordagens. Ela pode se concentrar no estudo de uma língua específica, como a filologia românica, que engloba o estudo das línguas derivadas do latim, como o português, espanhol, francês, italiano, dentre outras. Alternativamente, pode ser mais abrangente e envolver várias línguas e culturas.

Outrossim, é crucial afirmar que a filologia não se limita apenas à linguística e ao estudo gramatical, mas também inclui a análise de textos literários, históricos e culturais. Os filólogos podem trabalhar com manuscritos antigos, buscando decifrar suas escritas e entender sua linguagem. Eles também podem estudar a evolução de uma língua ao longo do tempo e como ela se relaciona com outras línguas (Sobral, 2019).

Além disso, a filologia contribui para a tradução e interpretação de textos antigos e modernos, ajudando a preservar e difundir a literatura e a cultura de diferentes sociedades. Logo, entende-se que a filologia é um campo que explora

profundamente as línguas, literaturas e culturas, buscando entender seu contexto histórico e social, bem como suas diversas manifestações linguísticas e artísticas (Madeira, 2020).

Segundo Ximenes (2013, p. 178), o papel da filologia é resgatar a produção textual de uma determinada época, possibilitando conhecer a história da língua e suas mudanças sociais, compreendendo, deste modo, “todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos”.

Santiago-Almeida (2011, p. 2) comenta que a filologia possui dois sentidos: o sentido amplo e o sentido estrito:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), a filologia dedica-se ao estudo da língua em sua amplitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto de estudo o texto escrito, literário e não-literário.

[...] No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação.

Nesta definição, Santiago-Almeida (2011, p.11) nota que a mesma abrange o viés linguístico decorrente do trabalho filológico e o viés literário. “Dessa definição, depreendemos que, *stricto sensu*, a filologia pode ser tida como sinônimo de Crítica Textual”.

Spina (1997) afirma que a filologia se concentra no texto escrito com o intuito de explicá-lo e prepará-lo para ser publicado. Desse modo, o papel do filólogo se pauta em tornar essa materialidade textual inteligível e evidente, mesmo que, para isso, seja necessário recorrer a outras áreas, como a Literatura e a Métrica.

4.1 CRÍTICA TEXTUAL

A Crítica Textual estuda a gênese e a transmissão de textos ao longo do tempo. Ela livra os textos do esquecimento e visa contribuir:

[...] para que possamos ter acesso ao que de mais perto nos foi possível chegar ao que foi escrito por um determinado autor ou por uma determinada autora num passado longínquo ou próximo, a partir da constatação de que nem mesmo a palavra escrita, ao contrário do que diz um famoso ditado, é inune aos efeitos do implacável Cronos (Ferreira, 2017, p.3).

Conforme estabelece Ferreira (2021), a Crítica Textual visa restaurar textos por meio do uso e desenvolvimento de teorias e metodologias de edição que os aproximem o máximo possível de suas versões finais, seja pelo autor ou autora. Dessa forma, contribui para a preservação do patrimônio cultural escrito. Além disso, a Crítica Textual também trabalha com o comentário e a interpretação de textos, buscando resgatar uma expressão da filóloga (Ferreira, 2021).

Neste sentido, convém salientar que a Crítica Textual busca analisar e interpretar textos de forma rigorosa e detalhada. Ela é essencial para a compreensão da mensagem transmitida pelo autor e para a identificação de possíveis erros, ambiguidades ou contradições presentes no texto. Um dos principais objetivos da Crítica Textual é justamente estabelecer uma versão mais autêntica e fiel do texto original, especialmente em casos de textos antigos, onde podem existir diversas variantes ou cópias com modificações ao longo do tempo. Logo,

Partindo da percepção de que cada texto requer um tratamento específico para ser entendido e publicado, a crítica textual pode ser compreendida como o trabalho de restituição do texto e, nesse caso, o significado do termo filologia pode se estreitar “a uma curadoria de texto histórico referente exclusivamente a textos escritos” (Gumbrecht, 2003, p. 3, apud Ferreira, 2016, p. 234).

Para isso, a Crítica Textual utiliza diferentes métodos e técnicas, como a análise paleográfica (estudo da escrita e caligrafia), a comparação de diferentes versões do texto, a identificação de erros de copistas e a análise linguística e estilística. No entanto, apesar de sua importância, a Crítica Textual enfrenta algumas limitações e desafios. Em muitos casos, não é possível chegar a uma versão exata do texto original devido à falta de evidências ou à impossibilidade de recuperar totalmente o texto perdido ou danificado. Além disso, a interpretação do texto também é um processo subjetivo, que pode variar de acordo com o conhecimento e perspectiva do crítico textual.

Ademais, convém destacar que a Crítica Textual desempenha um papel fundamental na interpretação e compreensão de textos, mas deve ser realizada com rigor e cuidado, levando em consideração as limitações e desafios inerentes a essa disciplina. Visto isso,

A Crítica Textual também estuda o contexto de escritura dos textos que compõem as obras que são objeto de suas pesquisas, como também a recepção dessas obras. Do mesmo modo, não devemos perder de vista que é igualmente objeto de estudo da Crítica Textual a materialidade dos textos: seus materiais, suportes, instrumentos de escrita e de veiculação da escrita como, nesse último item, revistas, jornais, livros, páginas da Internet para citarmos os mais recentes (Ferreira, 2021, p. 19).

Diante dessa citação, pode-se perceber que o livro também é visto como objeto de estudo da Crítica Textual, posto que a mesma irá pesquisá-lo a partir de várias abordagens, todas elas mediadas pelo conceito de historicidade, bem como pela associação da materialidade com a formação de sentido (Ferreira, 2021).

É importante salientar que um desafio enfrentado pela Crítica Textual é justamente a influência de preconceitos ou ideologias do crítico no processo de interpretação do texto. É crucial que o crítico esteja ciente de suas próprias influências e busque uma análise imparcial e objetiva do texto.

5 CAMINHOS DA PESQUISA

Este estudo diz respeito a uma pesquisa qualitativa, que trata o objeto de forma subjetiva, interpretando-o por meio de bases não estatísticas. Desse modo, para esse tipo de pesquisa, é necessário que os pesquisadores sejam flexíveis e suscetíveis às mudanças teóricas, metodológicas e, sobretudo, epistemológicas. Afinal, “[...] nada na pesquisa é estanque, além disso, a pesquisa qualitativa procura entender e interpretar fenômenos inseridos em um contexto” (Andrade, 2017, p.34).

Convém salientar que, para a realização da coleta de dados desta pesquisa, foi realizada uma busca nos seguintes bancos de dados: Scielo e Google Acadêmico. Além de artigos nessas fontes, também se procedeu a uma busca no banco de Teses e Dissertações da Capes, focando nos trabalhos produzidos na última década. Nessas buscas, foram utilizados os seguintes descritores: Edição semidiplomática, Manuscrito e Século XIX.

Os critérios de inclusão para os artigos selecionados foram: serem escritos em português e terem sido publicados nos últimos 15 anos. Por outro lado, os critérios de exclusão abrangeram artigos publicados há mais de 15 anos.

Após realizar a pesquisa bibliográfica sobre a carta de liberdade ou de alforria mencionada por Rangel (1992), em seu livro de notas, será necessário fazer uma edição semidiplomática do manuscrito do século XIX. Esta edição será feita com cuidado e precisão, preservando o conteúdo original e a forma como foi escrita, para garantir sua autenticidade e fidelidade histórica.

É importante ressaltar que a carta de liberdade possui um valor histórico significativo, sendo um documento relevante para compreender a história da região e o contexto da época em que foi escrita. Portanto, a edição semidiplomática garantirá a preservação desse patrimônio histórico, possibilitando seu estudo e análise por parte de pesquisadores e interessados na área.

5.1 CRITÉRIOS PARA EDIÇÃO

Para realizar a edição dos dois fôlios contidos do Livro de notas optamos por dois tipos de edição: a fac-similar e a semidiplomática. Deste modo, além da leitura, transcrição, análise dos aspectos intrínsecos e extrínsecos, pela edição semidiplomática procura-se também comprovar a autenticidade do texto, mesmo com

algumas intervenções do editor. Na edição fac-similar, segundo Cambraia (2005), não existe mediação por parte do editor, que apenas reproduz a imagem de testemunho através de meios mecânicos. Para a edição semidiplomática, foram tomados os critérios adotados por Queiroz (2007, p. 34), sendo estes adaptados para o documento em estudo.

Assim, para a descrição, observou-se:

1. Número de fólios do livro;
2. Dimensão dos fólios;
3. Número de linhas;
4. Tipo de escrita;
5. Datas dos manuscritos;
6. Identificação das letras geminadas

Para a transcrição, foram respeitados os seguintes critérios:

1. Respeitar o texto: na grafa (letras e algarismos), fólios;
2. Numerar o texto linha por linha (indicando a numeração de cinco em cinco desde a primeira linha do fólho);
3. Numerar os fólhos conforme o uso do suporte, seguindo o padrão f. 1r, f. 1v, 2r, f. 2v;
4. Separar as palavras unidas e unir as separadas;
5. Usar colchetes e reticências nas palavras ilegíveis [...];

6 O CORPUS: DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO

O registro da *Carta de Liberdade*, datado de vinte e um de agosto de 1868, foi escrito em tinta preta, no recto e verso do fólio 3. Este registro está disposto em apenas uma coluna do livro de notas número 5 (1867-1877), que é destinado a registros notariais de vários assuntos. O número de linhas da mancha escrita perfaz um total de 55 linhas, distribuídas em 20 linhas no fólio 3 verso e 35 no fólio 3 recto. Os fólhos encontram-se em razoável estado de conservação. No entanto, os fólhos estão comprometidos por modificações exógenas, ou seja, seu material foi corrompido pela ação do tempo, e as bordas encontram-se corroídas. Este documento está disposto em um livro sob a guarda do Arquivo Público Municipal Roque Fagundes, órgão do governo municipal de Itaberaba.

Segundo Carmo e Alves (2017), além da importância histórica, os manuscritos trazem em seu bojo aspectos linguísticos bastante interessantes. A carta de liberdade do Cabra João, concedida pelo senhor Antônio Fernandes Serra e lavrada no século XIX, apresenta algumas condições para que o escravo goze de sua liberdade. Uma dessas condições é que o escravo João servirá ao seu senhor até que este morra. Outra condição é que os herdeiros não poderiam reclamar da alforria dada pelo senhor Antônio Fernandes.

No tocante à parte escrita, observamos que o documento *Carta de Liberdade* foi escrito com letra cursiva, na língua portuguesa, e não possui abreviaturas. Encontramos, no entanto, palavras com letras geminadas, a exemplo de: anno, villa, e muitas outras palavras grafadas de maneira diferente da grafia atual. É perceptível que os manuscritos evidenciem a falta de acentuação de algumas palavras, como por exemplo: atte (linha 17, fólio 3 verso), que segundo o novo acordo ortográfico são acentuadas.

A *Carta de Liberdade* de 1868 pode ser analisada à luz da Crítica Textual e da filologia, conforme discutido por autores como Cambraia (2005), Ferreira (2017), e Spina (1994). Essas áreas de estudo permitem uma compreensão mais profunda do documento, tanto em sua materialidade quanto em seu conteúdo linguístico e histórico.

Conforme Cambraia (2005), a edição diplomática tem como objetivo reproduzir o texto original exatamente como está, sem correções ou modificações. No caso da *Carta de Liberdade*, uma edição diplomática preservaria todas as características do

manuscrito, incluindo as palavras com letras geminadas ("anno", "villa") e a falta de acentuação em termos como "atte". Essa abordagem é essencial para manter a fidelidade ao documento original, permitindo que pesquisadores tenham acesso a uma reprodução autêntica do texto, inclusive com suas marcas de deterioração, como as bordas corroídas e as modificações exógenas causadas pelo tempo.

Já a edição crítica, conforme Ferreira (2017), busca analisar e interpretar o texto, podendo incluir correções e notas explicativas. No caso da Carta de Liberdade, uma edição crítica poderia modernizar a ortografia para facilitar a leitura, mas manteria notas de rodapé explicando as peculiaridades linguísticas do século XIX, como o uso de letras geminadas e a ausência de acentos. Além disso, a edição crítica poderia contextualizar as condições impostas ao escravo João, como a obrigação de servir ao senhor até sua morte e a proibição de os herdeiros contestarem a alforria. Essas condições revelam aspectos importantes da sociedade escravista brasileira, como as relações de poder e as estratégias de manutenção da ordem social.

A filologia, conforme Spina (1994) e Santiago-Almeida (2011), dedica-se ao estudo das línguas e textos em seu contexto histórico e cultural. No caso da *Carta de Liberdade*, a análise filológica poderia explorar as características linguísticas do documento, como o uso de letras geminadas e a falta de acentuação, que refletem as normas ortográficas da época. Além disso, a filologia poderia investigar o significado das condições impostas ao escravo João, relacionando-as com as práticas sociais e jurídicas do período.

A Crítica Textual, conforme Ferreira (2021), estuda a materialidade dos textos, incluindo seus suportes e instrumentos de escrita. No corpus de análise aqui em estudo, a descrição do documento menciona que ele está escrito em um livro de notas, com fólios em razoável estado de conservação, mas com bordas corroídas. A análise crítica poderia investigar como o tempo e as condições de armazenamento afetaram a preservação do texto, além de considerar o papel do notário que lavrou a carta, destacando a importância dos registros notariais como fontes históricas.

Um dos desafios da Crítica Textual, conforme Ferreira (2021), é a influência de preconceitos ou ideologias do crítico no processo de interpretação. No caso da Carta de Liberdade, é crucial que o crítico esteja ciente de suas próprias influências ao analisar um documento que trata de temas sensíveis, como a escravidão e a liberdade. A análise deve ser feita com rigor e cuidado, buscando uma interpretação

imparcial que leve em consideração o contexto histórico e social em que a carta foi produzida.

Figura 1: Capa do livro de notas nº 5 - 1867-1877



Foto:Jeovania Silva do Carmo

8 TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

	Carta de Liberdade do cabra João com	f.3v
	cedida pelo seo senhor Antonio fernan-	
	des Serra, como abaixo declara,	
	Saibao quanto, este publico	
5	de instrumento de carta de liberdade viram	
	que tendo no aviso de nosso senhor Jesus	
	Cristo de mil oitocentos e cessenta e oito, aos	
	vinte hum dias do meis de março de oito	
	anno, nesta freguesia de nossa senhora do	
10	Rosario do orobo termo da villa do ci	
	misao nesse cartório me foi apresen	
	tada uma carta de liberbadade do cabra	
	João concedida pelo seu senhor Na	
	tonio Fernandes Serra o igual fora pa	
15	sada para Antonio Inacio da Silva,	
	e assignada por Antonio Fernandes se	
	rra, Senhor do dito Escravo João, e as	
	testemunhas e estava – nem –	
	Que duvida já cem, estarão se	f3r
20	conhecendo ao firmar e selar com	
	duzentos reis paguei e duzentos	
	reis horário vinte e hum de março	
	de mil e oitocentos e secenta e oito	
	treiz de janeiro de mil oitocentos e	
25	oito digo eu baixo afirmado que	
	em ter os meus bens que possuem	
	livre e devem safados. De qual quer	
	sem dolo e bem asim hum escravo	
	por nome João de nação cabra de	
30	idade de vinte e oito anos, cujo	
	escravo foi feito bem servido que	

	mantem pres tado so a condição de	
	me acompanhar atte a seputura e	
	daly endiante poderia o dito	
35	escravo gozar da sua liberdade	
	como se nace ce do ventre livre	
	em tempo al gum poderão formar	
	herdeiros re clamar a dita alforia e	
	visto que eu fi co por minha livre	
40	vontade sem cons trangimento de	
	pessoa alguma e	
	dito a justiça de sua que a	
	dei por firme e valiosa e	
	e o que não pude escrever	
45	pedir ao senhor Antônio	
	Ignacio da Silva que este	
	por mim passar em	
	presencia das	
	testemunhas abaixo	
50	afirmada por mim tão so	
	mente assignado,	
	Antônio Fernandes Serra	
	como testemunhas que	
	este escravo Antônio	
55	Ignacio da Silva Manoel	
	da Hora Silva Ignacio	
	rozendo de Lima	

A *Carta de Liberdade do cabra João* é um documento notarial que reflete as práticas linguísticas e sociais do século XIX. Escrita em letra cursiva, a carta apresenta características ortográficas e estruturais típicas da época, como o uso de consoantes geminadas ("anno", "assignada"), a ausência de acentuação em palavras como "meis" (mês), e a presença de consoantes mudas ("digito"). Essas peculiaridades são

fundamentais para uma análise filológica e crítica textual, à luz dos teóricos mencionados.

O uso de consoantes geminadas, como em "anno" (ano) e "assignada" (assinada), é uma marca da ortografia do português arcaico e do século XIX. Paul Teyssier (2007), em *História da Língua Portuguesa*, explica que essas formas refletem a influência do latim e de tradições ortográficas antigas, que foram gradualmente simplificadas ao longo do tempo. A simplificação de consoantes geminadas, como a redução de "nn" para "n" e "ss" para "s", foi um processo natural na evolução da língua, visando uma escrita mais fonética e acessível.

No texto da *Carta de Liberdade*, palavras como "anno" e "assignada" mostram a persistência dessas formas antigas, que hoje foram simplificadas para "ano" e "assinada". Essa evolução reflete as reformas ortográficas do século XX, que buscaram padronizar e simplificar a escrita do português.

A ausência de acentuação em palavras como "meis" (mês) e "atte" (até) é característica da ortografia do século XIX. Paul Teyssier (2007) destaca que a acentuação gráfica foi um processo gradual, influenciado pela necessidade de distinguir palavras homógrafas e facilitar a leitura. A regularização da acentuação, especialmente com o Acordo Ortográfico de 1945 e revisões posteriores, trouxe maior uniformidade à língua escrita.

No texto, a palavra "meis" (mês) não recebe acento, enquanto na ortografia moderna, a palavra é acentuada ("mês"). Essa mudança reflete a evolução das normas ortográficas e a influência das reformas linguísticas.

A presença de consoantes mudas, como em "assignada" (assinada) e "digito" (dito), era comum no português antigo. Paul Teyssier (2007) explica que essas consoantes, herdadas do latim, foram gradualmente eliminadas por não corresponderem à pronúncia efetiva das palavras. A simplificação ortográfica visou aproximar a escrita da fala, eliminando letras desnecessárias.

No documento, a palavra "assignada" mantém a consoante muda "g", que foi eliminada na forma moderna "assinada". Essa mudança ilustra o processo de simplificação ortográfica que ocorreu ao longo do século XX.

O fenômeno da metátese, observado em palavras como "atrevido" (atrevido) ou "probrema" (problema), é um processo fonético que envolve a troca de posição de sons dentro de uma palavra. Paul Teyssier (2007) destaca que a metátese era comum no português antigo e em variedades dialetais, refletindo a dinâmica da língua oral.

Embora não seja explicitamente presente no texto da *Carta de Liberdade*, a metátese pode ser observada em outros documentos da época, mostrando a variação fonética e a influência da oralidade na escrita.

A linguagem jurídica do século XIX, como evidenciado na *Carta de Liberdade*, era marcada por uma estrutura formal e redundante. Frases como "Saibao quanto, este publico de instrumento de carta de liberdade viram" refletem a influência do latim e a necessidade de precisão e solenidade nos documentos legais. Cambraia (2005) ressalta que a edição diplomática busca preservar essa formalidade, mantendo a fidelidade ao texto original.

A estrutura complexa e repetitiva do texto, com detalhes sobre datas, testemunhas e condições da liberdade, é típica dos documentos notariais da época. Essa formalidade contrasta com a linguagem mais direta e simplificada usada hoje em documentos legais.

A menção a "nosso senhor Jesus Cristo" no documento reflete a forte influência religiosa na sociedade brasileira do século XIX. Spina (1994) destaca que a religião era um elemento central na cultura e na linguagem da época, influenciando tanto a escrita quanto as práticas sociais. A referência religiosa no texto não apenas legitima o ato de concessão da liberdade, mas também reflete a integração entre religião e direito na sociedade escravista.

A comparação entre a ortografia do século XIX e a atual revela um processo de simplificação e padronização da língua portuguesa. Conforme Ferreira (2017), as reformas ortográficas do século XX buscaram eliminar inconsistências e aproximar a escrita da pronúncia, resultando em mudanças como:

- Simplificação de Consoantes Geminadas: "anno" → "ano"; "assignada" → "assinada".

- Regularização da Acentuação: "meis" → "mês"; "atte" → "até".

- Eliminação de Consoantes Mudas: "digito" → "dito"; "assignada" → "assinada".

Logo, a *Carta de Liberdade do cabra João* é um documento valioso para o estudo da história da língua portuguesa e da sociedade brasileira do século XIX. A análise filológica, à luz da obra de Paul Teyssier (2007) e dos teóricos Cambraia (2005), Ferreira (2017) e Spina (1994), entre outros, revela as características linguísticas e ortográficas da época, como o uso de consoantes geminadas, a ausência de acentuação e a presença de consoantes mudas. Essas características

refletem a evolução da língua, que passou por processos de simplificação e padronização ao longo do tempo. Além disso, o documento ilustra a influência da religião e da formalidade jurídica na escrita oficial, destacando a importância da filologia e da crítica textual para a compreensão de textos históricos e sua relação com o contexto social e cultural.

Pode-se visualizar os metaplasmos na tabela a seguir:

Tabela 1: mudanças ocorridas


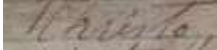







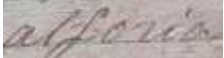
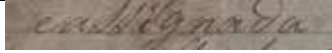
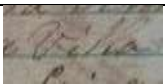
GRAFIA ENCONTRADA 1868	GRAFIA ATUAL	LINHAS	MUDANÇAS OCORRIDAS	FENÔMENO LINGUÍSTICO
Seo	Seu	17	O > U	
Cristu	Cristo	16	O > U	
Hum	Um	22	H > U	
Anno	Ano	1 20 1 30	An > n	
Meis	Mês	24	I >	
Sello	Selo	34 f.2	Li > e	
Asim	Assim	11 f.2	S > ss	
Atte	Ate	11 f.2	Tt > t	
Daly	Dale	16 f.2	Lh > le	
Alforia	Alforria	21 f.2	R > rr	
Assignado	Assinado	16		
Villa	Vila	10		

Figura 3: análise grafemática

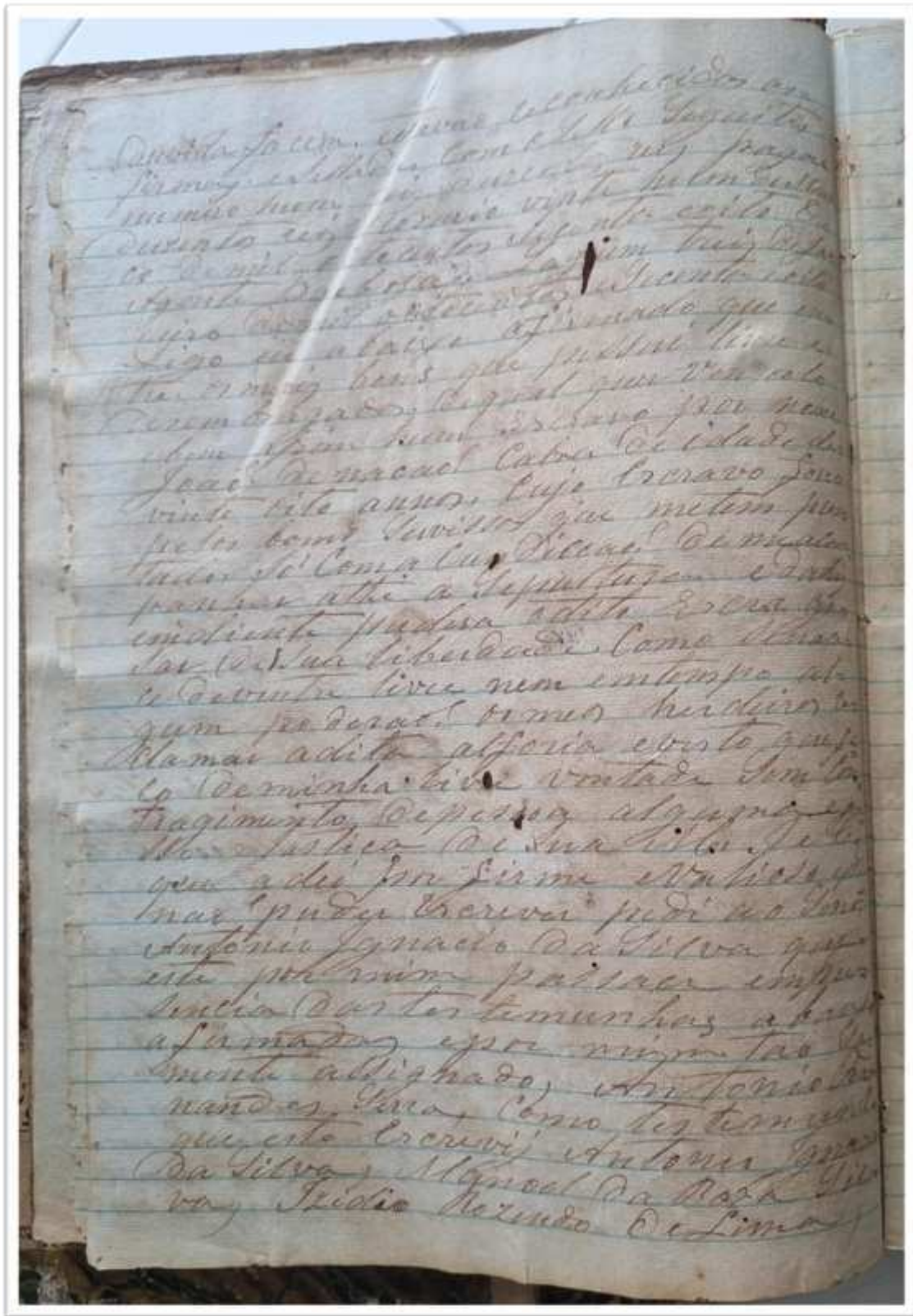


Foto: Jeovania Silva do Carmo

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise filológica da *Carta de Liberdade do cabra João* revelou várias características da ortografia e da linguagem do século XIX em comparação com a ortografia atual do português. Observamos o uso de consoantes geminadas, ausência de acentuação em palavras que hoje recebem acento agudo, consoantes mudas que caíram em desuso e o fenômeno da metátese. A estrutura e o conteúdo do documento refletem a formalidade e redundância características dos documentos legais da época, a influência religiosa e o detalhamento essencial para a validade legal da carta de liberdade.

A comparação com a ortografia atual mostrou a simplificação de muitas complexidades presentes no texto do século XIX, a regularização da acentuação e a eliminação de consoantes mudas. A análise filológica de documentos históricos como este é crucial para entender a evolução da língua portuguesa e as influências culturais e sociais que moldaram sua ortografia e gramática. A "Carta de Liberdade do cabra João" é um exemplo valioso dessa evolução, mostrando como a língua se adaptou e simplificou ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa revelou variantes linguísticas e ortográficas que mudaram ao longo do tempo, influenciadas por fatores históricos e culturais. A edição crítica proposta visa apresentar uma compreensão mais aprofundada do texto, mantendo sua autenticidade e integridade histórica. A análise detalhada dos fólios permitiu identificar as mudanças grafemáticas e as influências externas que afetaram o documento ao longo dos anos.

Em suma, este trabalho contribui para a preservação do patrimônio histórico e cultural, oferecendo uma visão detalhada e crítica de um manuscrito do século XIX. A edição semidiplomática e fac-similar proporcionam uma compreensão mais completa do documento, respeitando sua autenticidade e integridade. A análise filológica e a comparação com a ortografia atual destacam a importância de preservar e estudar documentos históricos para compreender a evolução da língua e da cultura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, Ana Regina. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. - Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Susana Bleil de. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**, Lisboa. Porto Alegre: IFCH; UFRGS; CORAG, 2001.

BUCHARDT, Arlete Tavares. **Edição diplomática de um documento de queixa-crime manuscrito do século XIX**. Salvador. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2004. 102 f.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. Martins Fonte. São Paulo, 2005.

CARMO, Jeovania Silva do; ALVES, Dilson Tosta. DOCUMENTOS ITABERABENSES: UM ESTUDO FILOLÓGICO EM CORRESPONDÊNCIAS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ITABERABA NO SÉCULO XIX. **Linguagem em (Re)vista**, vol. 12, n. 23. Niterói, p. 52-84, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/23/003.pdf>. Acesso em 05. Jan. 2025.

CASTRO, Ivo. **Filologia. Biblos**: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, 1995.

CERQUEIRA, Epitácio Pedreira. **Pedra que brilha**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), 2003.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. **Anotações do curso intensivo de fundamentos de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1978.

FERREIRA, Pedro Tiago. Filologia como curadoria: o caso Pessoa. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 231-262, ago./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v18i2p231-262>. Acesso em 05. jan. 2025.

FERREIRA, Celia Maria. Sobre Conceitos de Crítica Textual. **Revista ABRAFIL**, p. 18-30, (2021). Disponível em: <http://www.filologia.com.br/revista/REVXXVII.pdf>. Acesso em 05. jan. 2025.

MADEIRA, Maria de Fatima Nunes. **Unificação de termos na filologia: diálogo transdisciplinar e qualificação dos trabalhos**. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 49, n. 2, p. 883-900, jun. 2020.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (org.). **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão**: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007. p. 23-34.

RANGEL, Ignácio. Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. **Revista Geosul**. Florianópolis, n. 12/13, ano IV, 2º sem. 1991 e 1º sem. 1992. p. 103-130.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que Filologia/Crítica textual? **Revista Acta**. Assis, vol.1, 2011, p. 1-12.

SOBRAL, Cristina. Temática em português: termos, história, conceitos. **Estud. Lingüíst. Galega**, v. 8, p. 205-227, 2016.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: Crítica Textual**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Editora da Universidade de São Paulo; 1994.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2007.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Fraseologias jurídicas**: estudos filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris; 2013.